



## Ensino de Geografia nas questões de gênero e sexualidade/orientação sexual - Escola Padre José Theisen

### Teaching geography on matters of gender and sexuality / sexual orientation - Escola Padre José Theisen

Gabriel de Souza<sup>1</sup>

<sup>1</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0885-0897>; Universidade Federal de Alagoas, Professor, BRAZIL; E-mail: gabriel\_souza@hotmail.com

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 25 de setembro de 2020; Aceito em: 23 de dezembro de 2020; publicado em 31 de 01 de 2021. Copyright© Autor, 2021.

**RESUMO:** Numa cultura que privilegia a pessoa cisgênero e heterossexual, sobretudo o homem, os indivíduos que não se encaixam no padrão sexual e de gênero são tratados como inferiores. O artigo tem como objetivo geral contribuir para a reflexão a respeito de como docentes, especificamente de Geografia, podem colaborar para a transformação do espaço escolar, cujo qual deve ser de todas, todos e todes, independentemente do gênero e da orientação sexual. Para cumprir com esse objetivo, os objetivos específicos são: associar o ensino de Geografia à temática, discutir sobre a função social da escola e apresentar possibilidades de abordagem cartográfica a questões de preconceito de gênero e LGBTfobia a partir da escola. Para atingir os objetivos propostos, realizou-se, previamente, um levantamento bibliográfico a respeito da temática gênero e sexualidade e sobre cidadania e diversidade na escola, de autoras e autores da geografia e também de outras áreas do conhecimento. O trabalho de campo foi realizado na Escola Municipal Padre José Theisen, localizada no município de Craíbas, estado de Alagoas. Na escola, a turma do 9º Único foi selecionada para a realização de uma atividade cartográfica, com a utilização de emojis pré-selecionados que indicassem interpretação da/do discente quanto ao sentimento que os grupos ofendidos podem ter ao estar nos lugares dentro da escola. A metodologia utilizada para analisar as respostas encontradas nessa atividade foi de natureza quantitativa. Os emojis mais utilizados foram o de raiva e o de medo. Através da atividade cartográfica, foi possível trabalhar espacialmente o preconceito dentro da escola, além de se refletir sobre o conceito de lugar, que é tão importante na vida do indivíduo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço escolar, Parâmetros Curriculares Nacionais, LGBTfobia.

**ABSTRACT:** In a culture that privileges the cisgender and heterosexual person, especially men, individuals who do not fit the sexual and gender pattern are treated as inferior. The general objective of the article is to contribute to the reflection about how teachers, specifically Geography, can collaborate for the transformation of the school space, which must belong to all, everyone and everyone, regardless of gender and sexual orientation. To fulfill this objective, the specific objectives are: to associate the teaching of Geography to the theme, to discuss about the social function of the school and to present possibilities of cartographic approach to issues of gender bias and LGBTphobia from school. In order to achieve the proposed objectives, a bibliographic survey was previously carried out on the theme of gender and sexuality and on citizenship and diversity at school, by authors and authors from geography and also from other areas of knowledge. The fieldwork was carried out at the Padre José Theisen Municipal School, located in the municipality of Craíbas, state of Alagoas. At school, the 9 ° Unique class was selected to carry out a cartographic activity, using pre-selected emojis that indicated the student's interpretation of the feeling that the offended groups may have when they are in the places inside the school . The methodology used to analyze the responses found in this activity was quantitative. The most used emojis were anger and fear. Through cartographic activity, it was possible to work prejudice spatially within the school, in addition to reflecting on the concept of place, which is so important in the individual's life.

**KEYWORDS:** School space, National Curriculum Parameters, LGBTphobia.

## INTRODUÇÃO

Numa cultura que privilegia a pessoa cisgênero<sup>1</sup> e heterossexual, sobretudo o homem cisgênero, os indivíduos que não se encaixam no padrão sexual e de gênero são tratados como inferiores. Partindo-se dessa perspectiva, o artigo tem como objetivo geral contribuir para a reflexão a respeito de como docentes, especificamente de Geografia, podem colaborar para a transformação do espaço escolar, cujo qual deve ser de todas e de todos, independentemente do gênero e da orientação sexual. Para cumprir com esse objetivo, os objetivos específicos são: a) associar o ensino de Geografia à temática; b) discutir sobre a função social da escola analisada; c) apresentar possibilidades de abordagem cartográfica a questões de preconceito de gênero e LGBTfobia a partir da escola.

O trabalho *in loco* foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José Theisen, localizada à rua Santa Salete, s/n, Bairro COHAB – Conjunto Habitacional Teodoro Gama, cidade de Craíbas, Alagoas. Conforme a “Relação Nominal dos Alunos Matriculados em 2019”, há 455 discentes matriculadas/dos, que estão distribuídas/dos entre a Educação Infantil, o Ensino Fun. I e o Ensino Fun. II, nas modalidades Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escolha dessa escola se justifica não apenas pelo fato de o autor desse artigo está no rol de seus docentes, desde 2016, mas também, e principalmente, por causa de um triste ocorrido, a saber: no ano de 2017, uma aluna trans foi agredida fisicamente, num dos corredores da escola, por um colega supostamente heterossexual e cisgênero.

Sobre o caso acima: se não fosse uma professora intervir fisicamente, a aluna teria ficado mais machucada; o agressor usou o golpe conhecido como chave de braço. Discentes presentes gargalhavam e incentivavam o aluno a bater no “viado”. O aluno agressor, ao ser indagado do porquê da violência, respondeu que bateu porque, segundo ele, nunca se viu um homem usar sapatilha, e ainda rosa. Segundo esse adolescente, a vítima tinha que “aprender a virar homem”. No dia 8 de março de 2018, a aluna foi assassinada a pedradas e a pauladas. Embora a sua morte não tenha acontecido no espaço escolar, e, segundo a conclusão das investigações da Polícia Civil, o crime não tenha relação com a escola, ela sofria preconceito, frequentemente, no espaço escolar.

---

<sup>1</sup> Conforme Green e Maurer (2017), é a “pessoa cuja identidade de gênero coincide com o sexo biológico que lhe foi atribuído ao nascer. (O termo é abreviado para ‘cis’.)”.

Para cumprir com os objetivos, o referencial teórico é baseado em autoras e autores da geografia e de outras áreas do conhecimento. Assim, os geógrafos Moreira (1985) e Vesentini [s.d] conceituam geografia e lugar, enquanto Damiani (2004), Cavalcanti (2007), Ornat (2008) e Santos (2014) discutem sobre o ensino de geografia, diversidade, cidadania, espaço e gênero e sexualidade. Enquanto isso, Adichie (2017), feminista e escritora de renome internacional, e Borrillo (2010), professor especialista em questões jurídicas associadas aos direitos das minorias e aos estudos de gênero, debatem igualdade de gênero e homofobia. Outras e outros intelectuais também contribuem na construção desse trabalho. Além disso, foram utilizados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de Geografia e de Orientação Sexual e o Projeto Pedagógico (PP) da escola *locus* da pesquisa.

## METODOLOGIA

As etapas desse artigo compreendem revisão bibliográfica e pesquisa de campo. As abordagens são qualitativa e quantitativa.

Através da bibliografia, no que diz respeito à abordagem qualitativa, pretende-se discutir o ensino de geografia nas questões de gênero e sexualidade/orientação sexual, compreender como o ensino de geografia, embasado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia e no de Orientação Sexual, pode contribuir para a reflexão contra as intolerâncias baseadas na desigual ocupação e utilização dos espaços geográficos (a partir da escola), e problematizar os posicionamentos possíveis a respeito da discussão de gênero na escola, debatendo sobre funções sociais da escola *locus* da pesquisa.

Na problematização teórica acima citada se insere uma parte da pesquisa de campo, a partir da utilização do Projeto Pedagógico da escola e do registro de relatos sobre trabalhos desenvolvidos na escola envolvendo a temática de gênero e sexualidade/orientação sexual, bem como de relatos sobre a história da escola.

A pesquisa de campo também se estende à realização de uma atividade cartográfica. Por meio dessa atividade, em que a/o discente desenha o croqui da escola, são utilizados emojis pré-selecionados para elas/eles expressarem a sua interpretação quanto ao sentimento/ação que os grupos ofendidos (mulheres e LGBTQI+) podem

manifestar ao estar nos lugares dentro da escola. Por meio da quantificação de emojis em cada lugar da escola, busca-se refletir sobre a espacialização do preconceito de gênero e LGBTfobia nesses lugares.

## DISCUSSÃO TEÓRICA

### SEXUALIDADE/ORIENTAÇÃO SEXUAL: ONDE ENTRA A GEOGRAFIA?

Conforme Camargo e Neto (2017), a Organização Mundial da Saúde (OMS) define sexualidade da seguinte forma:

[...] é uma energia que nos motiva para encontrar amor, contacto, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental.

Discorrer sobre sexualidade, então, é, além de outras tantas questões, discutir sobre reprodução, virgindade, erotismo, violência sexual, comportamentos sexuais, orientação sexual<sup>2</sup>, etc, bem como há possibilidade de se abordar gênero e identidade. São discussões que possibilitam que a/o discente compreenda e respeite o seu corpo e o corpo alheio. Todavia, Carrasco (2001, p. 117 *apud* CAVALCANTI, p. 69, 2007), lembra que:

Em um espaço social hierárquico como o nosso, em que se verificam e se reconstróem constantemente posições desiguais entre grupos e setores sociais, inevitavelmente umas 'culturas' [...] dominam sobre outras e chegam a ser hegemônicas, nas representações e nas práticas.

Dependendo da forma como a sexualidade e o gênero são compreendidos culturalmente, muitos indivíduos ou grupos sociais são inferiorizados. É o que acontece, por exemplo, com mulheres e LGBTQI+<sup>3</sup>, numa sociedade pautada em valores patriarcais e heteronormativos. “Em todas as comparações entre homens e mulheres, os atributos culturais associados às mulheres e à feminilidade são construídos e percebidos

<sup>2</sup> Conforme Green e Maurer (2017), é o “sentimento de atração por outras pessoas, seja do mesmo sexo, do oposto, de ambos os sexos, ou sem referência ao sexo e ao gênero”.

<sup>3</sup> Acrônimo usado para se referir a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais e outros questionadores.

como inferiores aos atributos dos homens e à sua masculinidade”. ORNAT (2008, p. 318).

Tratada culturalmente como um objeto sexual ou uma mera complementação do homem, a mulher tem a sua individualidade estruturalmente reprimida. Enquanto isso, por exemplo, homens e mulheres homossexuais são tratados como se não fossem homens e mulheres, respectivamente. Confundindo-se gênero com sexo e sexualidade, a anormalidade atribuída a essas pessoas chega a suscitar falas do tipo “Ela não é mulher, é sapatão” e “Fulano não é macho, é um veado”. São discursos que colocam esse público como traidor do seu gênero ou sexo biológico. No que diz respeito ao gênero, e como ele é capaz de influenciar uma vivência desigual dos espaços, Adichie (2017, p. 27) lembra:

[...] uma americana, me contou uma vez que levou o filho de um ano a um espaço de recreação infantil em que várias mães levaram seus bebês e percebeu que as mães das meninas eram muito controladoras, sempre dizendo ‘não pegue isso’ ou ‘pare e seja boazinha’, e que os meninos eram incentivados a explorar mais, não eram tão reprimidos e as mães quase nunca diziam ‘seja bonzinho’.

No Brasil, geralmente, enquanto os meninos são incentivados a jogar bola, que é um esporte que requer muito espaço (público), as meninas são apresentadas com bonecas e casinhas, aprendendo a ficar confinadas em espaços menores (privados). Assim, enquanto ruas, praças, calçadas, enfim, são transformadas, a qualquer hora, em campos de futebol, a menina é associada a cuidados domésticos.

Geralmente, espera-se que o indivíduo seja macho-homem-heterossexual ou fêmea-mulher-heterossexual. Não havendo esse alinhamento, corre-se o risco de o indivíduo ser considerado desalinhado, não poder ocupar os mesmos espaços ou não poder ocupar os mesmos espaços sem temer algum tipo de violência gratuita, mas culturalmente aceita.

Assim, sob relações desiguais de poder ser/ocupar/transformar, naturalizam-se violências dos mais diversos níveis. No Brasil, por exemplo, não são raros os casos de assédio, estupro e assassinatos de mulheres e LGBTQI+, cometidos em virtude do gênero e da sexualidade. As frequentes notícias de casos de estupro, em que as mulheres tiveram violadas a sua liberdade de ir e vir, muitas vezes tendo a vida ceifada, sofrendo a violência quando estavam em um ponto de ônibus, ou sozinhas numa praça, ou a caminho da igreja, ou mesmo dentro de sua própria casa ou na casa de um parente, ou

noutra situação qualquer, evidenciam que a opressão social limita os espaços concretos de vivência da mulher e de pessoas LGBTQI+.

No que tange à sexualidade, Borrilo (2010, p. 87), lembra que “a homofobia parece ser necessária à constituição da identidade de cada indivíduo”. Assim, numa cultura pautada no patriarcalismo, um posicionamento homofóbico é compreendido como algo natural e necessário ao indivíduo; para quem agride, é, geralmente, uma autoafirmação de que se está seguindo a norma imposta. Além disso, Santos, Lima e Mendonça (s.d) também lembram que homossexuais ainda sofrem demonização proveniente de discurso religioso, cujo qual “tem como base um confronto entre o mal e o bem, em que o bem prevalecerá”. A LGBTfobia é considerada um ato sensato do indivíduo que tende a, por meio de sua moral excludente, julgar-se uma pessoa de bem. Como a heterossexualidade é imposta como a única faceta normal de orientação sexual, a hostilidade, a rejeição, a negação de direitos igualitários, a piada, a violência e a segregação espacial são naturalizadas.

Muitos dizeres pejorativos arraigados na cultura, normalmente confundidos como expressões sagradas, têm o intuito de desumanizar, coisificar, demonizar, e, não raras as vezes, estabelecer um lugar distante para quem está fora do padrão moral. Conforme Borrilo (2010, p. 13): “a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos”. Uma praça, uma rua, uma boate, etc., que sejam frequentemente ocupadas por pessoas LGBTQI+, tendem a ser vistas como lugares impróprios, por pessoas que se consideram superiores. Além disso, Borrilo (2010, p. 100-101) lembra que “Os gays e as lésbicas não estão imunes a sentimentos homofóbicos. O ódio da sociedade contra os homossexuais pode transformar-se em ódio a si mesmo”. Muitas pessoas não conseguem se aceitar como normais, mas se veem como aberração da natureza, imorais, indignas. É a violência social sendo internalizada. Dessa auto-LGBTfobia, nasce, por exemplo, a busca do indivíduo por se manter fora do meio, e, muitas vezes, não frequentando lugares normalmente frequentados por gays, para que sua real orientação sexual seja resguardada acima de quaisquer suspeitas.

Diante de relações desiguais de produção e de vivência dos espaços construídos, Santos (2014, p. 144), expõe que “É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial”. O pensamento social de que, por exemplo, gays

não podem, sequer, andar de mãos dadas em espaços públicos é instrumento de reprodução de uma espacialização excludente, baseada em regras de convivência que impõem padrões heteronormativos, impedindo uma parte significativa da vivência cidadã de pessoas LGBTQI+. É comum que esse público se sinta intimidado, escondendo possíveis trejeitos ou evitando totalmente demonstrações de afeto em espaços públicos. Para transitar livremente, muitas pessoas, não raras as vezes, anulam-se ou se descaracterizam.

“Em tal contexto [...], não é surpreendente que os jovens homossexuais sejam atingidos, em particular, por depressão, hospitalização psiquiátrica e tentativas de suicídio” (BORRILLO, p.102). Vivem uma guerra interna incessante. Há quem não consiga se aceitar, mas não esconde a orientação sexual, assim como há quem não se aceita e se esconda. Também é possível encontrar quem se aceita, mas, em razão do tratamento social, sinta-se obrigada/o a se manter discreta/o ou no sigilo.

Para Damiani (2004, p. 56) “Quaisquer relações que mantenham posições hierárquicas consolidadas, como verdadeiros estamentos, nos quais uns têm o poder outros não o detêm, absolutamente comprometem essa ideia de cidadania”. Se apenas um gênero e uma orientação sexual têm o direito à liberdade, o conceito de cidadania precisa ser revisto. Sob essa compreensão, sugere-se que se digite no buscador da internet a frase “Aqui não é lugar de gay”. Aparecerão algumas reportagens jornalísticas sobre casos de LGBTfobia, exemplificando como a cultura brasileira retira o direito de ir e vir de quem é LGBTQI+. Conforme Borrillo (2010, p. 76), “baseada na dicotomia vida privada/vida pública, a homofobia liberal remete a homossexualidade a uma escolha de vida privada, círculo íntimo em que toda intervenção externa é condenável”. Quem ainda acredita que ser gay/bissexual (leia-se LGBTQI+) é questão de escolha, mas consegue nutrir certa tolerância à vida privada desse público, compreende que lugar de ser gay é em casa, não reconhecendo o direito à igualdade de expressão da sexualidade e do gênero nos espaços públicos.

Assim, seja por causa de um simples ato de afeto em espaço público, gays são tratados como se estivessem praticando verdadeiro coito sexual, e, por isso, são agredidos de diversas formas. Além disso, conforme Santos (2014, p. 151), “há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. [...] O cidadão é indivíduo num lugar.”

Embora a LGBTfobia atinja a escala planetária, ela se manifesta com especificidades nos diferentes territórios e territorialidades.

No Brasil, o que mais se tem são lugares onde faltam serviços essenciais para a manutenção de uma vida digna de sua população, tais como educação efetivamente laica, lazer para todas e todos, saúde para todas e todos. Dessa forma, há territórios onde o preconceito e a discriminação são ainda mais potencializados, uma vez que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer e intersexuais, por exemplo, em dado território, ficam mais à mercê de um pensamento social excludente e demonizante do que em outros territórios. Paradas LGBTs, assim como ONGs, associações e movimentos de proteção a esse público, não são realidade em boa parte dos municípios brasileiros.

Há Estados que criminalizam relações homoafetivas. Há países que, embora não criminalizem as relações homoafetivas, são culturalmente violentos e não admitem cidadania igualitária a pessoas homossexuais. O Brasil, por exemplo, onde o casamento civil igualitário é permitido, por meio da Resolução 175<sup>4</sup>, de 2013, ainda é um dos países onde mais se matam homossexuais e pessoas trans no mundo<sup>5</sup>.

## **O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS PCNS: O PRECONCEITO LGBTFÓBICO E DE GÊNERO**

Sexualidade e gênero, sob o título de Orientação Sexual, entram no rol de temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Segundo o PCN de Geografia, os temas transversais são trabalhados “para garantir uma formação integrada do aluno com o seu cotidiano, discutindo, compreendendo e explicando temas de relevância social” (BRASIL, 1998).

Discutir como são construídas e percebidas as manifestações de sexualidade e de gênero é uma recomendação do próprio Estado. Discutir a temática através de categorias de análise da Geografia se torna uma possibilidade, uma vez que o ensino dessa disciplina visa instrumentalizar a/o discente à compreensão da sua realidade

---

<sup>4</sup>Resolução nº 175, de 2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

<sup>5</sup>*Brasil segue no primeiro lugar do ranking de assassinatos de transexuais*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transexuais-23234780>>. Acesso em: 21 nov. 2019.



socioespacial, bem como a perceber como é que ela/ele também é transformadora/transformador do espaço geográfico.

Devido às construções e vivências desiguais dos espaços, conforme os PCNs, “pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p. 5). Para que a diversidade humana seja respeitada, é preciso que crianças e jovens aprendam desde cedo que cidadania não tem sexo, gênero ou sexualidade, e que justamente por isso é que se faz necessário falar sobre essas questões. Pensando nisso, e considerando que as crianças, no espaço escolar, tendem a se aproximar de seus semelhantes e a se distanciar de seus diferentes, o documento “Orientação Sexual”, dos PCNs para o Ensino Fundamental já dispõem o seguinte:

[...] constatamos que o relacionamento dos alunos entre si evolui do agrupamento espontâneo das crianças em “clubes do Bolinha e da Luluzinha”, passando pelas amizades “exclusivas” (em geral do mesmo sexo), até a aproximação entre meninos e meninas, determinada pela busca do conhecimento do outro. (BRASIL, [s.d.], p. 322.)

No caso do ensino de Geografia, as análises espaciais acerca do gênero e da sexualidade/orientação sexual podem servir de instrumentos de reflexão contra as intolerâncias baseadas na desigual ocupação e utilização dos espaços, desde a escola. Naturalmente, há crianças e jovens nas escolas que não correspondem às expectativas culturalmente impostas ao seu gênero e ao seu sexo e que, por pressão/intimidação familiar, de colegas, ou até de professoras/professores, estão sendo ensinadas/os a procurar o espaço que lhes é imposto socialmente, que tende a ser, dentro e fora da escola, o mais restrito possível.

O ensino de Geografia, assim como o das outras disciplinas do Ensino Fundamental, pode, conforme os PCNs, “combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (BRASIL, [s.d.], p. 322.). Afinal, culturalmente, as pessoas não estão isentas de serem ensinadas, desde cedo, e com apoio da escola, que homens e mulheres têm espaços determinados na sociedade, bem como que orientação sexual é impeditivo ou passaporte para se vivenciar determinados espaços. Desse ensino, surge, por exemplo,

a escolha da profissão, bem como regras de comportamento atribuídas a cada gênero, em que, como já visto, o aspecto considerado feminino é inferiorizado.

De acordo com Moreira (1985, p. 24), “a geografia é a localização do fenômeno no espaço”. Logo, por meio do ensino de Geografia, é possível criar possibilidade para que a/o aluna/o compreenda como se dão, mediante realidades sociais, as dinâmicas de construção e de vivência do espaço. Além disso, num mundo dominado pela globalização, com efeitos no cotidiano em todos os lugares, Callai (1999, p. 82, *apud* CAVALCANTI, 2007, p. 75) lembra que “não faz sentido estudar fenômenos ou lugares isolados, mas inseridos na complexidade global”. O ensino de Geografia analisa experiências e vivências cotidianas das/dos alunas/os, que não podem ser compreendidas apenas pela generalização do fenômeno estudado, pois cada lugar tem sua dinâmica própria. Cada lugar, no mundo das interações políticas, sociais, econômicas e culturais, está interligado a outro, sofrendo influências ou influenciando.

## **FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PADRE JOSÉ THEISEN: POSICIONAMENTOS POSSÍVEIS SOBRE A PROBLEMÁTICA DA DISCUSSÃO DE GÊNERO**

O Projeto Pedagógico (PP) da Escola Padre José Theisen, na seção “Fins e Princípios norteadores da Educação” (BRASIL, 2017, pp. 44-46), traz conformidades com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, citando, por exemplo, o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 2017, p. 44), sem citar grupos sociais, o que permite a compreensão de que se está incluindo todas e todos nas discussões, indistintamente.

Ainda quanto aos fins e princípios da Educação, registra-se no PP (BRASIL, 2017, p. 46) que é preciso que se propicie “a aprendizagem de conhecimento significativo que, de fato, instrumentalizem (sic) o cidadão para um prática social mais competente, crítica e transformadora”. Compreende-se que escola Padre José Theisen busca instrumentalizar os discentes à transformação social. Na seção “Função Social da Escola nos dias atuais” (BRASIL, 2017, pp. 47-48) não se menciona especificamente a função social da escola Padre José Theisen, mas é explicitado que “A peça chave fundamental da função social da escola é garantir a possibilidade do sujeito tornar-se livre, consciente, responsável a fim de realizar sua função enquanto cidadão”. Assim, pode-se inferir que a

busca por mudança de *status quo* deve fazer parte do ensino diário da escola, por meio de uma educação inclusiva, crítica e democrática.

Em “Funções Sociais da Educação” (BRASIL, 2017, pp. 46-47), são conceituadas duas funções sociais, a saber: a reprodutora e a transformadora. No que se refere à função reprodutora, lembra-se “que a educação atua sobre a sociedade como uma instância conservadora do clima social, porém, com intenção de torná-la melhor e mais próxima do modelo social harmônico” (BRASIL, 2017, p. 46). De forma sucinta, entende-se que, para essa função, a ordem e o progresso são basilares, de forma que se construa a harmonia social. Contudo, harmonia social não significa necessariamente respeito às diferenças. É possível, por exemplo, que grupos sociais sejam silenciados por grupo hegemônico para que determinada sociedade seja percebida como harmoniosa.

Quanto à concepção de transformação, é registrado, inicialmente, que essa função “não coloca a educação a serviço da conservação” (BRASIL, 2017, p. 47) e afirma que essa função “pretende demonstrar que é possível compreender a educação com a possibilidade de trabalhar pela sua democratização, objetivando um projeto de sociedade, que pode ser conservador ou transformador” (BRASIL, 2017, p. 47). Embora o termo “conservador” apareça na segunda citação, compreende-se que essa função social visa à transformação da sociedade, de forma que a educação seja inclusiva a grupos socialmente marginalizados, tornando a sociedade mais justa e igualitária.

Assim, considerando-se essas duas funções sociais, pode-se refletir sobre qual seria o posicionamento de pessoas defensoras de uma ou de outra função sobre a problemática da discussão de gênero.

Sobre a escola como garantidora da ordem e do progresso [a função reprodutora], Melo, Prado e Andreolli ([s.d]), destacam que, para Comte e seu discípulo Durkheim, a escola “tem importante papel enquanto instância de educação moral, ao lado das tradicionais comunidades morais, como a Igreja e a família”. No pensamento social conservador, por via de regra, família tem configuração padrão (homem mais mulher), com papéis de gênero bastante especificados.

Para quem defende a escola como garantidora da ordem, discutir sobre gênero é bater de frente com a ordem socialmente estabelecida entre homens e mulheres, o que pode ir de encontro também a valores morais religiosos. Sob essa concepção, parte da

sociedade brasileira vislumbra discussões de gênero como “ideologia de gênero<sup>6</sup>”, cuja qual pode pôr em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Diante do exposto, frisa-se que no Projeto Pedagógico da Escola, em “Conteúdos Curriculares de Ensino Religioso”, temas como “Família” e “Porque Deus criou a família” se fazem presentes. São temas de relevância social, contudo, vale lembrar que a escola está envolvida por forte religiosidade cristã, desde o seu nome. Conforme depoimentos de docentes, o religioso que empreendeu cobranças às autoridades políticas locais para que construíssem a escola, o padre José Theisen, falecido em 2016, tradicionalmente celebrava missa em cada escola do município. Além disso, é comum que alguns eventos escolares ocorram na Igreja Católica que fica ao lado da escola.

Sobre a escola como espaço de transformação social, Melo, Prado e Andreolli ([s.d]), lembram que a escola pode ser compreendida como “um espaço que não pode ser definido tão somente como espaço de garantia do poder das classes dominantes, mas também com um espaço de lutas e de contradições”. Por meio dessas lutas e contradições, a escola também tem como uma de suas funções sociais instrumentalizar a sociedade à transformação, de forma a torná-la mais inclusiva a classes e grupos marginalizados. Sob essa concepção, as discussões de gênero promovem o diálogo sobre as diferenças entre sexo, gênero e sexualidade/orientação sexual, para que, por meio de conhecimentos científicos (biológicos, psicológicos, antropológicos, sociológicos, geográficos, etc.) e de vivências seja possível construir uma sociedade menos desigual para homens e mulheres, independentemente da orientação sexual, sejam cis ou trans.

Assim, é mister registrar que nos anos letivos de 2016, 2017, 2018 e 2019, por meio de Projeto municipal envolvendo as Secretarias da Saúde e da Educação, foram abordadas na escola questões voltadas à temática de sexualidade. Em cada ano citado acima, a turma do 9º ano, sob a minha orientação e sob a orientação da professora Janicleia, de Matemática, debateu sobre orientação sexual, além de trabalhar a sexualidade de modo geral.

Em 2016, a turma confeccionou lembrancinhas para o público (adolescente e adulto). A lembrancinha consistia numa caixinha de papel, com tampa, contendo camisinha; na tampa, dois bonecos pintados pelas/pelos próprias/próprios discentes e colados de mãos dadas, representando casais homossexuais e heterossexuais. Houve

---

<sup>6</sup>Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

momentos prévios de debate sobre a temática. Houve discentes que levavam as discussões na zombaria, mas também houve participações excelentes e respeitadas por parte do corpo discente. Salienta-se que comentários jocosos, zombarias e afins servem de instrumento para o diálogo. Em 2017 e em 2018, repetiu-se muito do mesmo. Em cada ano, houve todo apoio da Coordenação Geral e da Coordenação e da Direção da escola.

Em 2019, no dia 22 de novembro, sob as mesmas orientações docentes, outra turma do 9º ano, na culminância de um Projeto Literário (que não trazia a sexualidade como um dos temas), fez apresentação relativa ao filme “Um Amor para Recordar”, baseado no livro homônimo de Nicholas Sparks. No mural da equipe, havia cartazes com imagens de casais gays, lésbicos e heterossexuais, jovens e idosos, de forma a ampliar a discussão sobre o amor, não se restringindo à história do filme/livro. Como já esperado, houve discente, inclusive da turma, que zombou dos cartazes. Também houve encenação de uma trecho do filme citado. Nos ensaios para apresentar a cena, não ficou combinado que haveria beijo entre os personagens principais, mas, na hora da apresentação, o menino beijou a menina. O público, surpreso, reagiu com aplausos e gritos demorados.

## **O PRECONCEITO DE GÊNERO E LGBTFFOBIA NOS LUGARES DA ESCOLA PADRE JOSÉ THEISEN**

Conforme Ribeiro (2015, p. 13), lugar, “Para a Geografia, [...] é uma parte da superfície terrestre na qual desenvolvemos uma ação e onde interagimos e estabelecemos relações com as pessoas”. Ou seja, o lugar pode ser uma rua, uma praça, a casa onde moramos, a igreja, o terreiro, a escola, etc. Além disso, o Vesentini (2010), ao tratar dos conceitos básicos da Geografia, percebe o lugar como sendo um espaço menor, com o qual nos identificamos, o que pressupõe uma certa vivência, uma identidade local. Ou seja, lugar é aquele espaço que está atrelado à questão do sentimento e da afetividade do indivíduo.

A Escola Padre José Theisen é um lugar. É nesse lugar que a/o discente passa boa parte de seu dia. Há quem estuda nessa escola há muitos anos. Essa escola, de alguma forma, faz parte da história da/do discente. Esse lugar chamado escola possui

vários outros lugares, como a sala de aula, lugar para brincar, lugar para atividades esportivas, lugar preferido para lanchar, lugar onde a/o discente costuma se encontrar com sua melhor amizade para contar aquele segredo ou apenas estar junto e bater papo (corredores, por exemplo), etc. O lugar pode marcar profundamente a vida do sujeito.

Sabendo-se da importância dos lugares na vida da/do discente, e considerando que a sociedade brasileira, de forma geral, é muito preconceituosa, é possível descobrir, por meio de atividade cartográfica, quais são os lugares da escola onde mais se tem registros de manifestações de preconceito de gênero e LGBTfobia.

A compreensão sobre a espacialização do preconceito de gênero e LGBTfobia no espaço da escola foi construída a partir da seguinte atividade cartográfica, realizada em dupla ou individualmente.

a) Fazer um croqui da escola com todos os lugares que você conseguir desenhar (salas de aula, banheiros, cozinha, pátio, etc).

b) Identificar onde há manifestações de desrespeito de gênero e LGBTfobia, colando emojis (de triste, medo, raiva, agradecimento ou alegria, vergonha e risada) nesses lugares, para representar a sua interpretação quanto ao sentimento ou reação que os grupos ofendidos podem ter ao estar nesses espaços dentro da escola;

c) Citar os grupos que estão sendo referenciados em cada lugar observado;

d) Fazer algum comentário que você julgue necessário.

## **ATIVIDADE CARTOGRÁFICA: ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A SUA PRODUÇÃO NA ESCOLA**

A atividade foi realizada por 35 discentes, dentre um total de 43. Houve quem faltou a uma ou às duas aulas usadas para a produção. Durante a exposição da temática, ninguém se manifestou contrário à produção da atividade, embora tenha havido piadas homofóbicas durante o resgate de conceitos relacionados a gênero e à sexualidade. Essas aulas aconteceram nos dias 05 e 06 de dezembro de 2019.

## SENTIMENTO OU REAÇÃO QUE OS GRUPOS OFENDIDOS PODEM MANIFESTAR NOS LUGARES DA ESCOLA

A seguir, constam exemplos de croquis desenhados pelas/pelos discentes. Foi solicitado que não reproduzissem as piadas, palavrões, desenhos, etc., mas que fosse registrado apenas se a ofensa ou elogio (ou algo relacionado) fazia referência a homens ou mulheres cisgêneros e heterossexuais ou homens ou mulheres LGBTQI+. Contudo, como pode ser visto a seguir, houve quem reproduzisse palavrões e ofensas na íntegra.

Os emojis disponibilizados foram os seguintes:

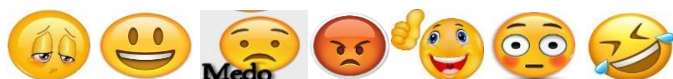
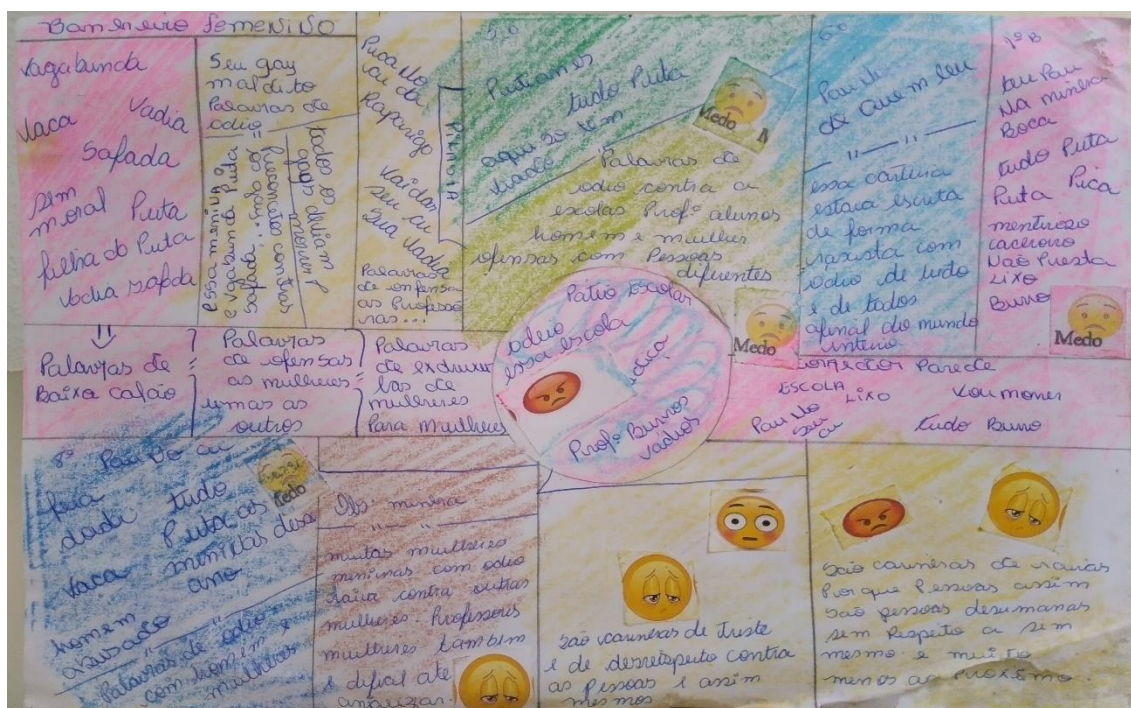


Figura 1 – Croqui desenhado por um discente.



Figura 2 – Croqui desenhado por uma discente.

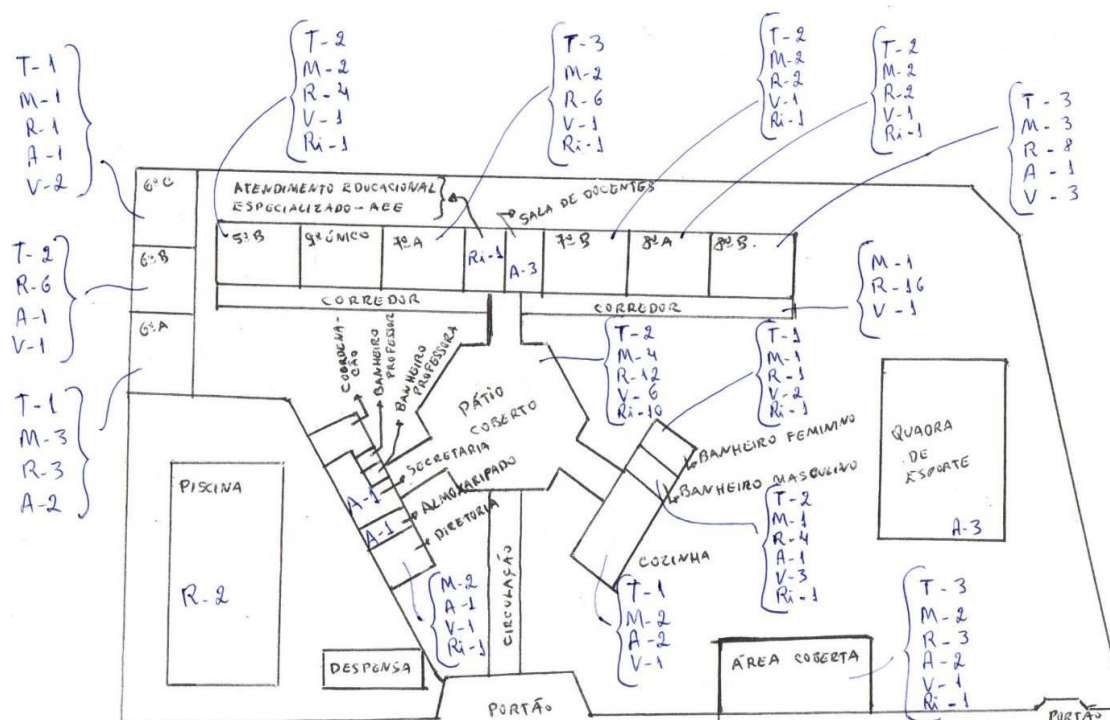


Como pode ser verificado, houve lugares que receberam mais de um emoji e houve lugares que não receberam nenhum, mesmo contemplado no croqui (para essa situação, houve três justificativas apresentadas oralmente pelas/pelos discentes no momento da entrega da atividade: não viram nada que pudessem referenciar com os emojis disponibilizados; não encontraram nada negativo no lugar; não quiseram procurar).

Para melhor analisar as informações dos croquis desenhados pela turma, foi feito o croqui a seguir, que é baseado na planta da escola e retrata os lugares que foram contemplados em croquis elaborados pelas/pelos discentes. Embora a base para o desenho tenha sido a planta da escola, os lugares estão com os nomes devidamente alterados, para ficar de acordo com a realidade do ano letivo de 2019. Exemplificando: na planta, constam “sala de aula”, e não as turmas do referido ano letivo, como “9º Ano Único”. Além disso, dentro do espaço “cozinha” há outros espaços, porém, eles não aparecem no croqui abaixo porque nenhuma/nenhum discente os desenhou.



Figura 3 - Croqui da escola (elaborado pelo professor).



**Legenda:** T – Triste; M – Medo; R- Raiva; A – Agradecimento ou Alegria; V- Vergonha; Ri – Risada; 1,2,3... – quantidade do emoji.

O emoji de raiva é o que mais aparece (75 vezes), seguido pela carinha triste (42 vezes), a de medo (32 vezes) e a de vergonha (28 vezes). Quanto a esses emojis, há de se refletir o quanto há nos espaços da escola expressões ofensivas a gênero, identidade e orientação sexual, o que pode deixar marcas no psicológico das/dos discentes, inclusive contribuindo para o baixo rendimento escolar, problemas de aprendizagem e/ou evasão. Seja qual for o sentimento acima citado, a pessoa ofendida tende a manifestar uma reação.

Para a presença do emoji de agradecimento (19 vezes), disseram que não encontraram nada ofensivo nos lugares referidos. Quanto à colagem do emoji de risada (19 vezes), disseram acreditar que os grupos referenciados por desenhos e frases achariam graça. Essa explicação é especialmente preocupante, uma vez que a pessoa que se sente mencionada pode estar se sentindo desrespeitada, embora possa até mesmo sorrir e fingir que gostou da piada/ofensa (opta por se calar, ou se anular, do que entrar em conflitos).

---

## CONCLUSÃO

Como a Geografia é a ciência que estuda as relações sociais estabelecidas entre o ser humano e o meio, conclui-se que ela pode contribuir com explicações sobre como se dão a vivência e a produção de espaços baseadas no gênero e na sexualidade/orientação sexual das pessoas. O ensino de Geografia, portanto, pode e deve contribuir para que a/o aluna/o a compreenda como seu gênero, bem como sua sexualidade/orientação sexual, influenciam na forma como o espaço, nas mais diferentes escalas geográficas, é construído e vivenciado. Para isso, a disciplina recebe apoio dos PCNs de Geografia e de Orientação Sexual.

Na Escola de Ensino Fundamental Padre José Theisen, pelo menos de 2016 até 2019, não houve impedimentos para se trabalhar questões de gênero e LGBTfobia, inclusive sexualidade é um dos temas trabalhados em forma de Projeto. Contudo, o seu Projeto Pedagógico permite interpretações imprecisas quanto à função social específica dessa escola, o que é um perigo, quando a temática a ser trabalhada ainda é vista como polêmica e tratada pelo viés moralista por expressiva parcela da sociedade. Acredita-se ser necessário explicitar/incluir questões de gênero e de LGBTfobia no PP da escola, para que as discussões pertinentes à temática possam estar asseguradas nesse documento, cujo qual apresenta as finalidades, funções sociais, concepções e diretrizes da escola e da educação.

Por meio da atividade cartográfica, foi possível trabalhar espacialmente o preconceito dentro da escola contra mulheres e pessoas LGBTQI+, além de se refletir sobre o conceito de lugar, que é tão importante na vida do sujeito.

Em meio a uma cultura que inferioriza mulheres e demoniza LGBTQI+, faz-se urgente que a escola seja um espaço de transformação da realidade, onde todas e todos sofrem, inclusive, homens heterossexuais que não estão sob o alinhamento macho-masculino. Para isso, docentes têm o papel fundamental de trabalhar o processo de desconstrução de estereótipos, das piadas e do preconceito estrutural dentro da escola, onde se pode começar uma grande transformação social por meio da educação.

## REFERÊNCIAS

1. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
2. BORRILLO, Daniel. *HOMOFOBIA: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
3. *Brasil segue no primeiro lugar do ranking de assassinatos de transexuais*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transexuais-23234780>. Acesso em: 21 nov. 2019.
4. BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. Geografia. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-05-geografia.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019.
5. BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. Orientação sexual. [s.d]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019.
6. BRASIL. *PROJETO PEDAGÓGICO. ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PADRE JOSÉ THEISEN. EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 9º ANO*. Craíbas, 2017.
7. BRASIL. *Resolução nº 175*. Brasília: Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça – CNJ, 2013. Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_175\\_14052013\\_16052013105518.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf). Acesso em: 11 set. 2019.
8. CAMARGO, Shelley Arruda Pinhal de; NETO, Luiz Ferraz de Sampaio. *Sexualidade e gênero*. Sorocaba: Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/RFCMS/article/view/35351/pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.
9. CAVALCANTI, Lana de Souza. Ensino de Geografia e Diversidade. Construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In: Castellar, Sonia (Org.). *Educação*

- geográfica: teorias e práticas docentes*. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.
10. DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a construção da cidadania. In: ALESSANDRI, Ana Fani Carlos (Org.). *A geografia na sala de aula*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
11. GREEN, Eli R.; MAURER, Luca. Redefinindo o gênero. *NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL: A Revolução do Gênero: Novas identidades e comportamentos mudam a cara do século 21*. Edição Especial, número 202, 114p, janeiro, 2017.
12. MELO, Beatriz Medeiros de.; PRADO, Juliana do.; ANDRIOLLI, Carmen. *Livro da disciplina Projeto Político-Pedagógico e Gestão do Trabalho Escolar. Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – EaD/UAB*. Maceió: edUFAL. [s.d.].
13. MOREIRA, Ruy. *O QUE É GEOGRAFIA*. 5. ed. São Paulo. Ed: Brasiliense S.A. 1985.
14. ORNAT, Marcio Jose. *Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista*. Ponta Grossa: Terr@Plural, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/289379277 Sobre\\_espaco\\_e\\_genero\\_sexualidade\\_e\\_geografia\\_feminista](https://www.researchgate.net/publication/289379277_Sobre_espaco_e_genero_sexualidade_e_geografia_feminista). Acesso em: 14 set. 2019.
15. RIBEIRO, Wagner Costa. Os lugares onde você vive. In: RIBEIRO, Wagner Costa. *Por dentro da Geografia, 6º ano*. 3. ed. - São Paulo: Saraiva, 2015.
16. SANTOS, Mayara Rodrigues dos, LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; MENDONÇA, Priscila Ferreira. *DESUMANIZAÇÃO DOS HOMOSSEXUAIS: AUTOPERCEPÇÕES E PERCEPÇÕES SOCIAIS*. Disponível em: [http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/194.%20desumaniza%C7%C3o%20dos%20homossexuais.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/194.%20desumaniza%C7%C3o%20dos%20homossexuais.pdf). Acesso em: 11 set. 2019.
17. SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7 ed., 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
18. VESENTINI, J. W. *Conceitos básicos da Geografia*. Editora Abril Educação, 2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kWeDhaNelyk>. Acesso em: 11 dez. 2018.